



Manual de Gestão PPA

Plano Plurianual 2024-2027

Manual de Gestão PPA

Plano Plurianual 2024-2027

Brasília, julho de 2024

Versão 6, 8 de abril de 2025

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO E
ORÇAMENTO





Ministra do Planejamento e Orçamento

Simone Nassar Tebet

Secretário-Executivo

Gustavo José de Guimarães e Souza

Secretário de Orçamento Federal

Clayton Luiz Montes, interino

Secretária de Assuntos

Internacionais e

Desenvolvimento

Renata Vargas Amaral

Secretário de Monitoramento e

Avaliação de Políticas Públicas e

Assuntos Econômicos

Sergio Pinheiro Firpo

Secretário de Articulação

Institucional

João Victor Villaverde de Almeida

Secretária Nacional de

Planejamento

Virgínia de Ângelis Oliveira de Paula

Secretária -Adjunta Nacional de

Planejamento

Flávia Duarte Nascimento

Chefe de Gabinete

Riane Ribeiro Carvalho

Subsecretária de Coordenação do

Sistema de Planejamento

Estela Alves de Medeiros

Subsecretário de Planejamento

de Longo Prazo

André Luiz Campos de Andrade

Subsecretária de Programas de

Infraestrutura e Planejamento

Territorial

Flávia Pedrosa Pereira

Subsecretário de Programas

Sociais, Áreas Transversais e

Multissetoriais e Participação

Social

Danyel Lório de Lima

Subsecretário de Programas das

Áreas Econômicas e Especiais

Hugo Torres do Val

Assessoria

Andréa Curiacos Bertolini

Leonardo Jordão de Paiva

Leonel Cerqueira Santos

Mirian de Fátima Fiuza de Oliveira

Equipe Técnica de Planejamento

Governamental

Adriana Marques Bento Ávalos

Ana Luiza de Menezes Delgado

Alexandre Sergio Piovesan

Alyson Canindé Macedo de Barros

Andréa Costa Magnavita

Andrea Thalhofer Ricciardi

Augusto César Moraes Ribeiro

César Augusto Assis Mascarenhas

de Oliveira

Claudia Campos de Ávila Santos

Cláudio Alexandre de Arêa Leão

Navarro

Cristiane Gonzaga Chaves de

Carvalho

Daniel Souza Coelho

Danielle Cavagnolle Mota

David Meister

Diego dos Santos Fernandes

Diego Pereira de Oliveira

Dorotea Blos

Edilson Almeida de Souza

Erick Fagundes Ribeiro

Fabiano Chaves da Silva

Fábio Régis Sparremberger

Fabiola de Souza Anacleto

Fabiola Rocha Caires

Gilberto Pompilio de Melo Filho

Guilherme dos Santos Floriani

Ismael Damasceno Pavani

João Carlos Gonçalves Barreto

Josefa de Fátima Araújo Ribeiro

José Mauro Martini

Juliano Pestana de Aragão

Mara Helena Sousa

Marcelo Aguiar Cerri

Marcelo de Macedo Reis

Márcia Ribeiro Fantuzzi Dias

Marco Antônio de Oliveira

Mariana Meirelles Nemrod

Guimarães

Pedro Emilio Pereira Teodoro

Priscila Carvalho Soares

Rafael Henrique Cerqueira

Rafael Martins Neto

Rafael Pereira Torino

Raianne Xavier de Alcântara

Horovits

Raquel Braga Barreto Sampaio

Ricardo Dislich

Rodrigo Correa Ramiro

Tarcísio Henke Fortes

Thomaz Fronzaglia

Valéria Cristina Passos Valentim

Welton Batista de Barros

Yriz Soares da Silva

Estagiários

Ana Caroline de Sousa Santos

Caio Antunes Costa Monteiro

Chaves

Eduardo Moreira Araújo

Pamella Dayane Alencar

Sofia Castanheira Saliba

Responsáveis Técnicos

Cláudio Alexandre de Arêa Leão

Navarro

Estela Alves de Medeiros

Márcia Ribeiro Fantuzzi Dias

Rafael Martins Neto

Arte e Design – Secretaria Executiva – MPO

Projeto gráfico e arte: Viviane Barros

Assistente de Arte e Design: Ivan Sasha

Estagiária de Arte e Design: Micer Santos

Informações

E-mail: ppa.seplan@planejamento.gov.br

Última alteração: 08 de abril de 2025.

Ministério do Planejamento e Orçamento

gov.br/planejamento



[@MinPlanejamento](https://twitter.com/MinPlanejamento)



[@planejamentoeorçamento](https://www.instagram.com/planejamentoeorçamento)



Apresentação

O ano de 2023 não foi apenas um ano de reconstrução do Estado e das políticas públicas, mas também de um esforço de restauração da função planejamento, com a rearticulação do sistema federal de planejamento e o resgate da capacidade do Plano Plurianual (PPA) de fornecer direção e foco em resultados para atuação do Governo Federal.

Com essa missão, foi recriado o Ministério do Planejamento e Orçamento e a Secretaria Nacional de Planejamento, guardiões do compromisso de restaurar e modernizar o planejamento, a partir da elaboração de um PPA renovado. As inovações do PPA 2024-2027 buscaram reorientar a atuação do Estado com foco em resultados na sociedade, a partir da institucionalização de um planejamento focado em transformações de médio e longo prazo, ancorado na força da participação social e no compromisso do conjunto do governo.

O passo que damos agora, com a regulamentação da gestão do PPA 2024-2027, busca consolidar os avanços estabelecidos na construção do PPA Participativo, os quais podem ser resumidos em três eixos: ii) a **participação social**, com 27 plenárias estaduais, mais de 34 mil participantes, 3 reuniões com o Fórum Interconselhos e o exercício de uma ampla participação da cidadania por meio digital, com mais 4 milhões de acessos e mais de 8 mil propostas; ii) o forte **apoio dos Ministérios** e suas unidades descentralizadas, com 4.400 participantes, 125 oficinas e mais de 700 horas de trabalho para estruturar o projeto de governo em 88 programas, 464 objetivos e quase 3 mil entregas; e iii) a consolidação de um planejamento contemporâneo e inovador, com uma **dimensão estratégica mensurável**, com indicadores-chave nacionais e metas para os próximos quatro anos, e o estabelecimento de novos instrumentos de gestão, como as cinco **agendas transversais** e as seis **prioridades**.

A regulamentação da gestão do PPA 2024-2027, incluindo seu monitoramento, avaliação e revisão, é passo fundamental para o alcance dos objetivos e das metas estabelecidas no PPA Participativo. Busca-se aperfeiçoar mecanismos que são essenciais para o sucesso das políticas públicas, tendo a transparência e a participação social como premissas basilares.



Temos o desafio de aperfeiçoar e ampliar a integração entre o PPA e o orçamento, para tornar mais clara a relação entre o gasto público e o seu resultado na sociedade. Outro desafio relevante é espelhar no PPA o conteúdo dos planos setoriais e o compromisso das políticas públicas, o que pressupõe a articulação do PPA com os planejamentos estratégicos institucionais e o aprimoramento da integração entre o sistema de informações de gestão do PPA 2024-2027 e as estruturas e os sistemas de monitoramento e avaliação existentes.

E, ainda, há o desafio de estruturar uma governança moldada pelo monitoramento periódico e participativo das partes interessadas. Por essa razão, o conjunto de orientações deste documento buscam fortalecer o diálogo e a cooperação interinstitucional, com a sociedade e os demais entes federativos, fundamentais para o alcance dos resultados pactuados no Plano. A iniciativa contará com o respaldo de uma plataforma que permita amplo e fácil acesso aos dados e informações do PPA e do observatório previsto na Lei nº 14.802, de 2024.

Este manual tem como objetivo orientar os órgãos federais nessa nova etapa do PPA Participativo. As orientações fazem parte de uma agenda mais ampla de gestão e governança, cuja finalidade é ampliar a capacidade gerencial do governo de gerar resultados e acompanhar os compromissos de mudanças, articulando de forma coerente o esforço de curto prazo (o orçamento) e o de médio prazo (PPA) com uma visão portadora de um Brasil futuro, mais sustentável, justo e inclusivo. Conto com você nesse desafio!

Virgínia de Ângelis

Secretária Nacional de Planejamento – MPO



Sumário

1	Introdução	7
1.1	Estrutura do PPA e seus atributos mensuráveis	7
2	Competências e Responsabilidades	9
3	Monitoramento	12
3.1	Objetivos do monitoramento	12
3.2	Atributos do PPA 2024-2027 que serão monitorados	12
3.3	Produtos do Monitoramento do PPA 2024-2027	13
3.4	Fluxo do Processo de Monitoramento do PPA 2024-2027	15
3.5	Monitoramento do Novo PAC	16
3.6	Fluxo da captação das informações de execução orçamentária e financeira dos programas e dos investimentos plurianuais	18
3.7	Fluxo do acompanhamento da evolução dos indicadores-chave nacionais e metas, previstos na Dimensão Estratégica;	19
4	Avaliação	22
4.1	Avaliação de políticas públicas	22
4.1.1	Produtos da avaliação de políticas públicas	22
4.2	Autoavaliação dos Programas Finalísticos do Plano Plurianual	23
4.2.1	Produtos da avaliação dos programas	25
4.2.2	Fluxo do processo de avaliação dos resultados dos programas	26
5	Revisão	27
5.1	Revisão Ordinária	27
5.1.1	Fluxo do processo de revisão ordinária	29
5.2	Orientações na revisão de atributos sobrepostos e duplicados em diferentes Programas	30
5.3	Orientações na revisão de indicadores não apurados	33
5.4	Revisão Extraordinária	34
5.4.1	Fluxo do processo de revisão extraordinária	36
6	Glossário	37



1 Introdução

Este Manual é um guia prático para orientar a gestão do Plano Plurianual 2024-2027. Contém o detalhamento dos processos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA do Governo Federal.

Ele complementa o Manual Técnico do PPA 2024-2027 (MTPPA), que apresenta noções teóricas, modelos, técnicas metodológicas e orientações conceituais para a elaboração do PPA, e o Guia SIOP do PPA 2024-2027, que traz os conceitos e campos a serem preenchidos no sistema para os processos de monitoramento, avaliação dos programas e revisão do PPA de acordo com a sua metodologia.

1.1 Estrutura do PPA e seus atributos mensuráveis

A estrutura básica do plano, no planejamento público, realça os itens e a importância destes para dar direcionalidade e instruir a gestão das organizações, orientadas por missão e resultados na sociedade. Nesse contexto os planos devem: a) definir os objetivos e apontar os impactos, resultados e os produtos a serem alcançados; b) mostrar os meios para sua aferição, os indicadores de desempenho e de gestão e as metas correspondentes que viabilizem realizar o monitoramento e a avaliação; c) quantificar os custos requeridos para o financiamento dos programas de governo e acompanhar a execução orçamentária e financeira.

O PPA 2024-2027 – na condição de estratégia de atuação do conjunto do governo federal – apresenta as dimensões principais: estratégica e tática, conforme a figura 1.

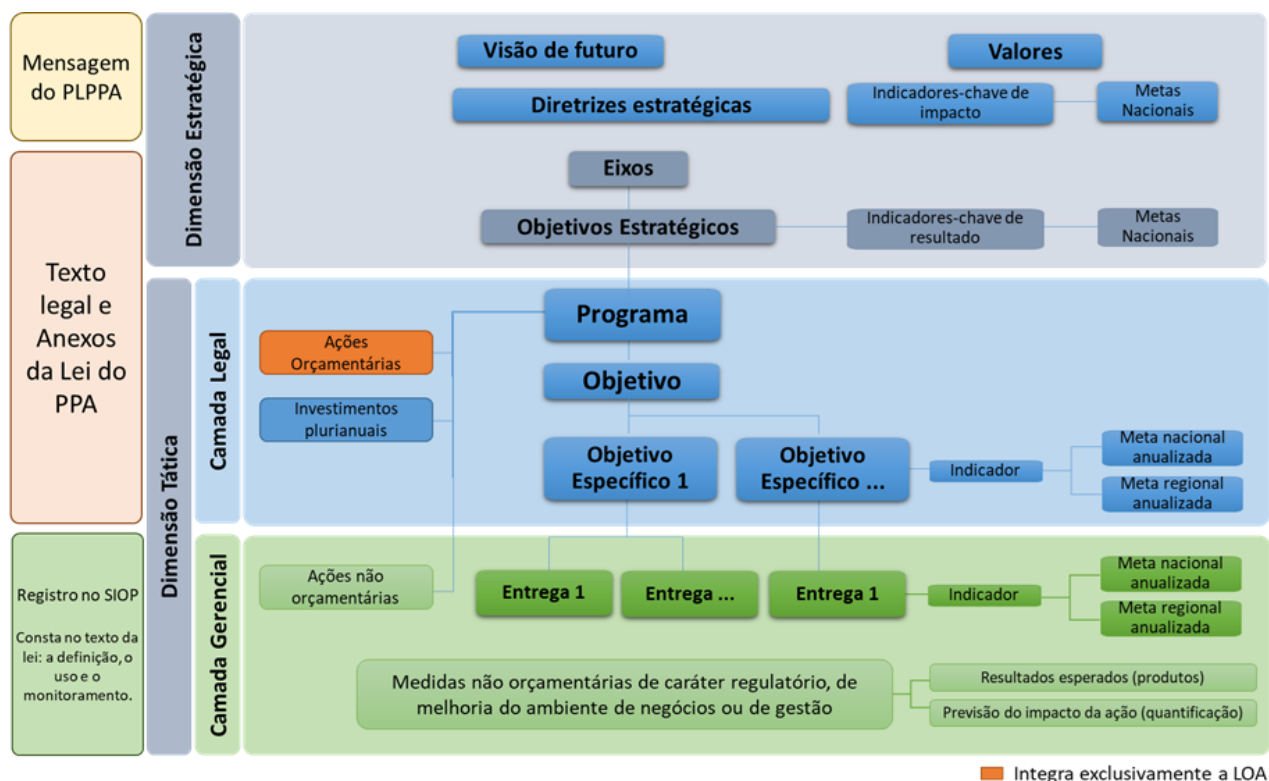
A dimensão estratégica objetiva orientar a ação governamental. É composta por uma Visão de Futuro, Valores, Diretrizes, Eixos Temáticos, Objetivos Estratégicos e Indicadores-chave Nacionais.



A dimensão tática consiste nos programas, com seus objetivos, objetivos específicos, indicadores, metas, entregas, investimentos plurianuais e medidas institucionais e normativas.

A definição dos diversos atributos está disponível no glossário do presente Manual de Gestão do PPA. Informações sobre a elaboração do PPA 2024-2027 podem ser encontradas no Manual Técnico do Plano.

Figura 1 – Estrutura do PPA 2024-2027



Fonte: SEPLAN/MPO



2 Competências e Responsabilidades

O processo de monitoramento, avaliação e revisão do Plano Plurianual 2024-2027 envolve múltiplos órgãos do governo federal, de forma que suas atribuições e responsabilidades estão definidas no Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024.

O órgão responsável por programa finalístico, objetivo específico ou entrega tem as seguintes atribuições definidas no art. 5º do referido Decreto.

Tabela 1 – Atribuições do Órgão Responsável por Programa, Objetivo Específico e Entrega

Atribuições do Órgão Responsável por programa finalístico, objetivo específico e entrega
Indicar as unidades responsáveis pela produção das informações sobre os objetivos, objetivos específicos, medidas institucionais e normativas, entregas e respectivos indicadores e metas do PPA 2024-2027;
Informar ao Ministério do Planejamento e Orçamento os gestores responsáveis pela prestação de informações no sistema de informação;
Zelar pela validade, confiabilidade, atualidade e disponibilidade das informações sobre os respectivos atributos do PPA 2024-2027;
Monitorar a evolução no alcance dos programas finalísticos, objetivos, objetivos específicos, entregas, investimentos plurianuais e medidas institucionais e normativas dos programas sob sua responsabilidade; e
Assegurar a uniformidade das informações constantes nos diversos instrumentos de planejamento, monitoramento, avaliação e outras demandas do Governo Federal, de forma a evitar discrepância de informação.

Fonte: SEPLAN/MPO

O artigo 6º do Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024 define as competências e as responsabilidades das organizações integrantes da coordenação de governo envolvidas nos processos de monitoramento, de avaliação e de revisão do Plano Plurianual.



Tabela 2 – Competências e responsabilidades na Gestão do PPA

Unidade	Atribuições
Secretaria Geral da Presidência da República	Desenvolvimento de mecanismos de participação social no ciclo de gestão do PPA.
Secretaria Nacional de Planejamento	<p>a) definir diretrizes, normas, prazos e orientações técnicas para a operacionalização do monitoramento do PPA;</p> <p>b) coordenar, orientar e supervisionar o processo de monitoramento dos programas;</p> <p>c) coordenar a elaboração do Relatório Anual de Monitoramento do PPA;</p> <p>d) coordenar e orientar, em articulação com o CMAP, o processo de avaliação do PPA.</p> <p>e) definir prazos e processos para a realização da revisão ordinária e extraordinária do PPA;</p> <p>f) manter o sistema de informações de gestão do PPA;</p> <p>g) apoiar a Secretaria Geral da Presidência da República no processo de participação social no monitoramento do PPA;</p> <p>h) apoiar a Secretaria de Orçamento Federal no contínuo alinhamento entre as ações orçamentárias, incluindo seus atributos gerenciais, e os objetivos e entregas do PPA;</p> <p>i) estabelecer, regulamentar e exercer a Secretaria Executiva do Observatório, visando acompanhar os objetivos estratégicos, indicadores-chaves nacionais e metas;</p> <p>j) estabelecer e regulamentar o monitoramento das agendas transversais do PPA 2024-2027; e</p> <p>k) estabelecer e regulamentar a vinculação de atributos do PPA 2024-2027 aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).</p>
Secretaria de Orçamento Federal	<p>a) acompanhar a execução físico-financeira das ações orçamentárias, no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;</p> <p>b) dar o suporte necessário ao desenvolvimento e manutenção do sistema de informações de apoio à gestão do PPA 2024-2027; e</p>



	c) promover, junto aos órgãos setoriais, o contínuo alinhamento entre as ações orçamentárias, incluindo seus atributos gerenciais, e os objetivos e entregas do PPA 2024-2027.
Secretaria de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas e Assuntos Econômicos	a) emitir orientações acerca da elaboração e do encaminhamento dos relatórios previstos no art. 17, § 5º, da Lei nº 14.802/2024; e b) apoiar as revisões do PPA 2024-2027 e a evolução do processo de monitoramento e avaliação federal.
Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP	a) realizar a avaliação do PPA 2024-2027 nos termos do art. 17, § 1º, da Lei nº 14.802/2024; b) encaminhar o relatório de avaliação de políticas públicas previsto no § 6º, do art. 17 da Lei nº 14.802/2024.
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada	apoiar as etapas de monitoramento, avaliação e revisão do PPA, por meio da elaboração de pesquisas, estudos e proposições
Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais	acompanhar a execução físico-financeira das ações orçamentárias, no âmbito do Orçamento de Investimento
Secretaria de Política Econômica	atualizar o Sumário Executivo de Informações Macroeconômicas e Fiscais na revisão do PPA.

Fonte: SEPLAN/MPO



3 Monitoramento

O processo de monitoramento tem seus critérios e procedimentos definidos na lei nº 14.802, 10 de janeiro de 2024, que institui o Plano Plurianual PPA 2024-2027, e no Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024, que regulamenta essa Lei.

Assim, o monitoramento do PPA 2024-2027 abrangerá seus programas e os respectivos atributos legais e gerenciais, apresentados na Figura 1.

3.1 Objetivos do monitoramento

- Aferir o desempenho dos indicadores das dimensões estratégica e tática, tendo como referência a meta do ano;
- Identificar restrições e soluções propostas pelo órgão responsável, de forma a viabilizar a implementação dos programas, dos objetivos e o alcance das metas do governo, no prazo previsto;
- destacar informações relevantes para a implementação e desempenho dos programas, prioridades e agendas transversais;
- fortalecer a cooperação, a articulação e a integração entre órgãos e suas políticas públicas, considerando os resultados do monitoramento;
- aprimorar o monitoramento e a avaliação dos programas e sua relação com as políticas públicas, para maior aderência e alcance de resultados;
- captar subsídios para orientar a revisão/atualização do PPA 2024-2027;
- permitir à sociedade verificar de forma participativa o alcance das metas e compromissos assumidos pelo Governo.

3.2 Atributos do PPA 2024-2027 que serão monitorados

Todo o processo de monitoramento deverá incidir:

- semestralmente, sobre:



- a. prioridades¹ e agendas transversais do PPA, constantes nos art. 3º e 4º da Lei 14.802/2024, de forma intensiva;
 - b. indicadores e metas dos objetivos específicos e das entregas constantes nos programas finalísticos, sempre que a metodologia de cálculo do indicador permitir;
 - c. execução orçamentária e financeira dos programas finalísticos;
 - d. medidas institucionais e normativas implementadas no período;
- anualmente, sobre:
 - a. execução orçamentária e financeira dos programas finalísticos;
 - b. execução orçamentária e financeira dos investimentos plurianuais;
 - c. evolução dos indicadores-chave nacionais e metas, previstos na Dimensão Estratégica, sempre que a periodicidade do indicador permitir, e comportamento das variáveis macroeconômicas e do cenário fiscal que embasaram a elaboração do Plano Plurianual, conforme Anexo II da Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024.

Os atributos serão monitorados em módulo específico do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP. Os campos a serem preenchidos para o monitoramento de cada atributo, assim como as orientações sobre o preenchimento, estão descritos no Guia SIOP de Monitoramento do PPA 2024-2027 (<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/plano-plurianual/paginas/lei-do-ppa>).

3.3 Produtos do Monitoramento do PPA 2024-2027

- a. Relatório Anual de Monitoramento

¹ O art. 7º do Decreto nº 12.066/2024 determina no seu § 6º que “o monitoramento do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC será realizado nos termos do disposto no Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de 2023, sem prejuízo da necessidade de inclusão das informações necessárias no Sistema de Planejamento e Orçamento.”



Será enviado pelo Poder Executivo à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional, até 15 de agosto de cada exercício², e conterá:

- I. atualização do Anexo II da Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 (sumário executivo de informações macroeconômicas e fiscais), explicitando as eventuais discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados;
- II. desempenho dos indicadores-chave nacionais e metas, previstos na Dimensão Estratégica;
- III. desempenho, por programa finalístico, dos indicadores dos objetivos específicos e das entregas, das medidas institucionais e normativas, com a indicação de restrições ao alcance das metas definidas;
- IV. desempenho, por prioridade, agenda transversal e agenda territorial, dos indicadores dos objetivos específicos e das entregas, das medidas institucionais e normativas, e indicadores-chave nacionais relacionados;
- V. demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos programas finalísticos; e
- VI. demonstrativo da execução orçamentária e financeira dos investimentos plurianuais.
- VII. O relatório anual previsto no caput e o painel com os indicadores-chave nacionais devem ficar disponíveis para a população em página específica do Plano Plurianual 2024-2027 e no observatório do PPA 2024-2027.

- b. Relatórios semestrais sobre a execução das prioridades.³

Após a captação das informações de monitoramento dos indicadores e metas dos objetivos específicos e das entregas constantes nos programas finalísticos, medidas institucionais e normativas e execução orçamentária e financeira dos programas finalísticos no SIOP, a SEPLAN realizará o controle de qualidade das informações captadas e elaborará um relatório

² No último ano de vigência do PPA, o prazo para envio do Relatório de Monitoramento do PPA é 30 de setembro.

³ O relatório do segundo semestre de cada ano estará consolidado no relatório de monitoramento anual.



de monitoramento com o avanço no alcance dos atributos que integram as prioridades do Plano Plurianual.

O relatório será elaborado após cada captação (semestral e anual) no SIOP e será apresentado à Junta de Execução Orçamentária.

- c. Relatório Anual das Agendas Transversais.
- d. Extração de dados para monitoramento da agenda ODS.

3.4 Fluxo do Processo de Monitoramento do PPA 2024-2027

O fluxo do monitoramento será o mesmo para todos os atributos de programas, prioridades, agendas transversais e territoriais, com a diferenciação no período de extração de dados do SIOP para elaboração de relatórios:

- Semestralmente: prioridades e agendas transversais constantes nos art. 3º e 4º da Lei 14.802/2024, conforme cronograma disposto em portaria da SEPLAN/MPO;
- Anualmente: todas as informações necessárias para elaboração do Relatório Anual de Monitoramento descritas no item 3.3 deste Manual de Gestão. O cronograma de extração dos dados estará disposto em portaria da SEPLAN/MPO.

A disponibilização do módulo do monitoramento do PPA para inserção de informações sobre o monitoramento aos órgãos setoriais é um pré-requisito para o início do processo, o que deve ocorrer no final do primeiro semestre de 2024.

O SIOP ficará permanentemente aberto para que os órgãos responsáveis por Programa, Objetivo Específico e Entrega possam inserir os dados do monitoramento. Desta forma, os órgãos poderão utilizar o SIOP no seu processo interno de monitoramento dos atributos sob sua responsabilidade.

Os atributos do Plano Plurianual 2024-2027 que estarão disponíveis para preenchimento no módulo Monitoramento PPA do SIOP são:



- Objetivo Específico;
- Meta do Objetivo Específico;
 - Regionalização da Meta do Objetivo Específico;
 - Desagregação da Meta do Objetivo Específico;
- Meta da Entrega;
 - Regionalização da Meta da Entrega;
 - Desagregação da Meta da Entrega;
- Medidas Institucionais Normativas

Os Órgãos deverão observar o prazo final estabelecido em portaria SEPLAN/MPO para a inserção das informações de monitoramento. O sistema será fechado na sequência para avaliação da qualidade das informações e extração de dados do SIOP visando a elaboração dos relatórios previstos. As informações do monitoramento das prioridades deverão ser apresentadas pela SEPLAN à Comissão Técnica de Gestão Orçamentária e Financeira da Junta de Execução Orçamentária (JEO) como subsídio às tomadas de decisão sobre alocação e realocação de recursos.

Para 2024, o Sistema foi aberto no dia 17 de junho para início da captação. Conforme Portaria SEPLAN nº 191, de 21 de junho de 2024, os prazos de fechamento e reabertura do SIOP para avaliação de qualidade pela SEPLAN são:

Tabela 3 –

	Fechamento do SIOP	Reabertura do SIOP
Semestral	02/08/2024	09/09/2024
Anual	21/02/2025	21/03/2025

Fonte: SEPLAN/MPO

3.5 Monitoramento do Novo PAC

O monitoramento do Novo PAC, elencado como uma das prioridades na Lei do Plano Plurianual 2024-2027, será realizado nos termos do Decreto nº 11.632, de 11 de agosto de



2023, sem prejuízo da necessidade de inclusão das informações necessárias no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

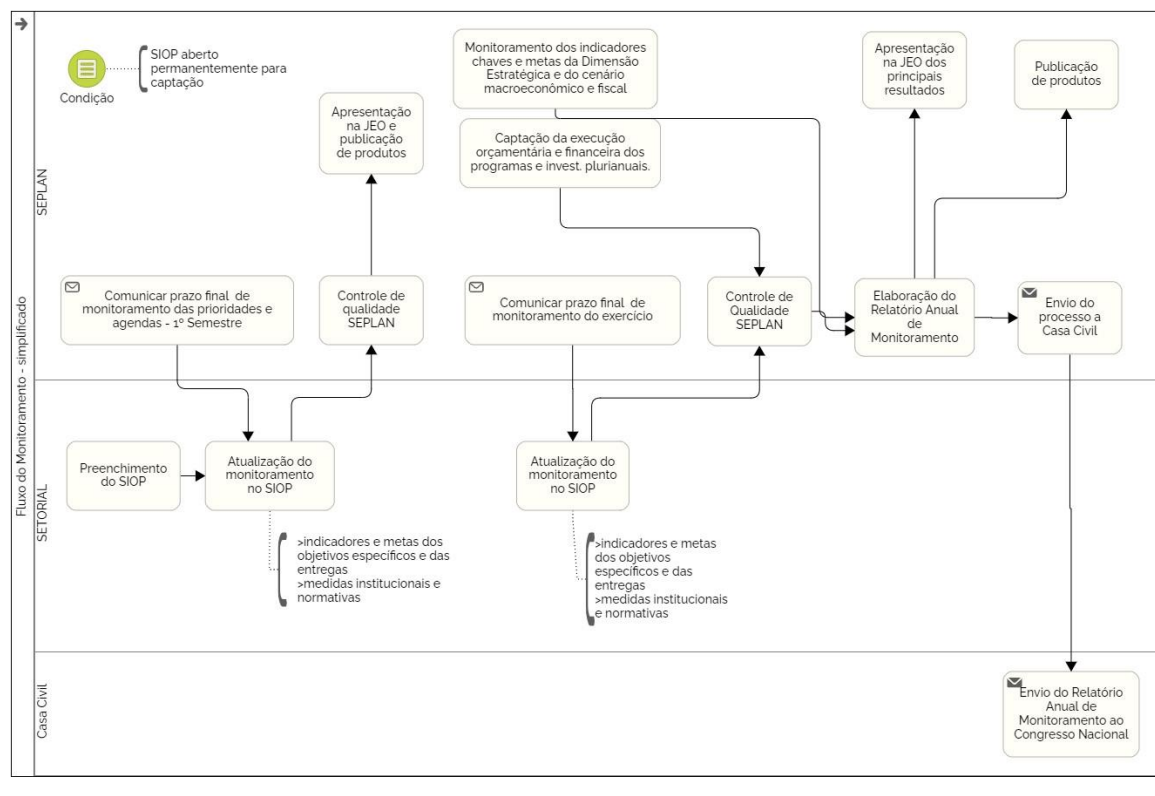
A excepcionalidade para a prioridade Novo PAC se deve ao fato de esta possuir um **sistema de gestão próprio sob coordenação da Secretaria Especial de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM/CC/PR)**.

Nesse sentido, o monitoramento do Novo PAC pela SEPLAN se dará em relação às entregas e às medidas institucionais e normativas - MIN atualmente cadastradas no Siop. Esses atributos integrarão normalmente o processo de monitoramento e de revisão ordinária, podendo ser mantidos, alterados ou excluídos pelo seu órgão responsável.

Ademais, os empreendimentos do Novo PAC serão incluídos no cadastro de cada um dos objetivos específicos do PPA para os quais contribuem como atributo gerencial. Esse cadastro será atualizado a cada quatro meses, conforme as informações sobre a carteira forem enviadas pela SAM/CC para a SEPLAN. Nesse arranjo, será possível extrair espelhos do SIOP com os empreendimentos relacionados aos objetivos específicos e programas correspondentes, mantendo-se aderência entre o cadastro dos empreendimentos do Novo PAC mantido pela SAM e o PPA 2024-2027.



Figura 2 – Fluxograma do processo de monitoramento



Fonte: SEPLAN/MPO

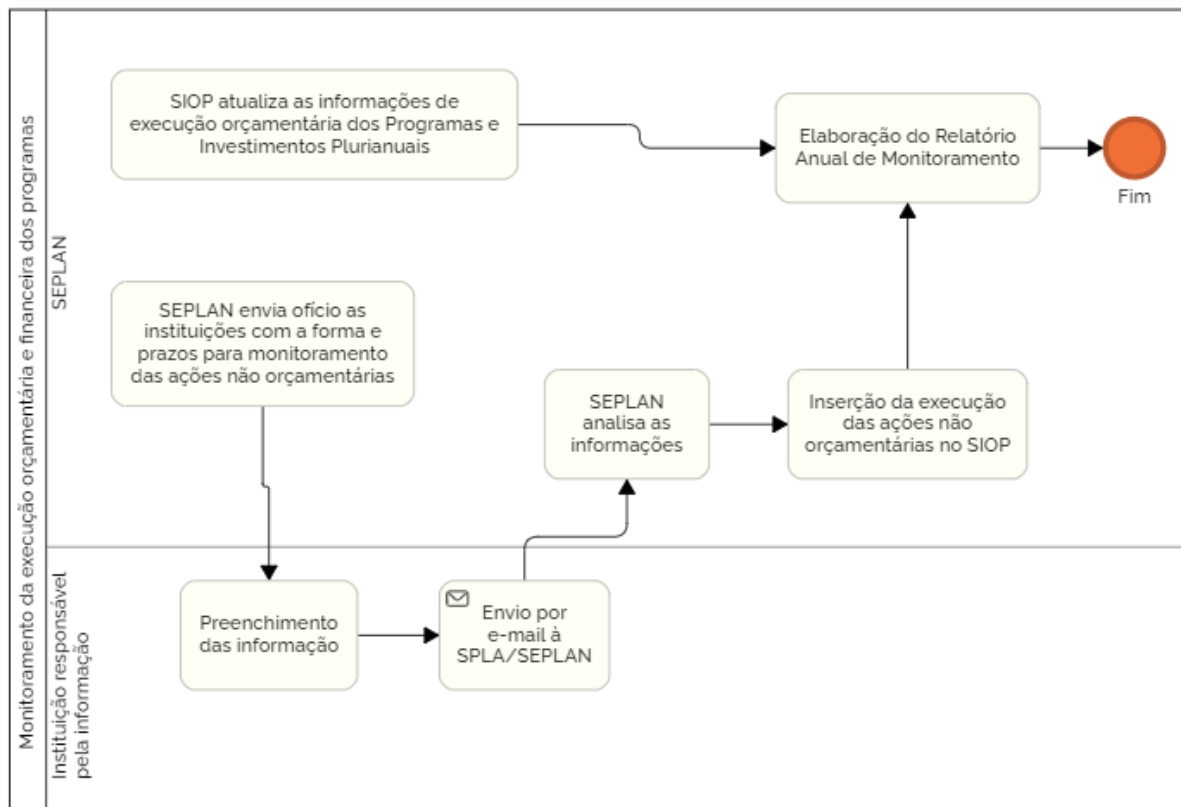
3.6 Fluxo da captação das informações de execução orçamentária e financeira dos programas e dos investimentos plurianuais

A captação das informações de execução orçamentária dos programas e investimentos plurianuais constantes dos anexos VII e VIII da Lei nº 14.802/2024 é realizada automaticamente pelo SIOP, assim não há necessidade de contato com outros atores.

A captação das informações de execução das ações não orçamentárias é realizada pela SEPLAN/MPO junto às instituições cadastradas no SIOP como responsáveis por fornecer as informações de monitoramento. Essa captação ocorrerá anualmente, após o término do exercício e será comunicada às instituições cadastradas por ofício da SEPLAN/MPO.



Figura 3 – Fluxograma da captação das informações de execução orçamentária e financeira dos programas e dos investimentos plurianuais



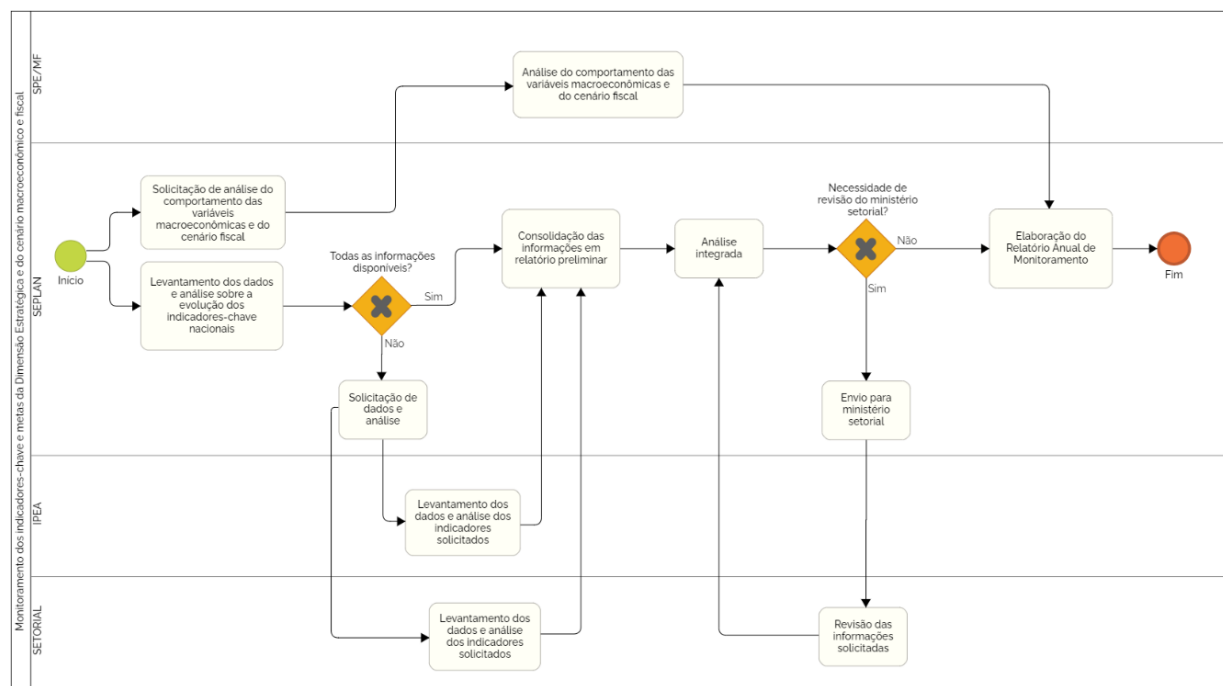
Fonte: SEPLAN/MPO

3.7 Fluxo do acompanhamento da evolução dos indicadores-chave nacionais e metas, previstos na Dimensão Estratégica;

O acompanhamento da Dimensão Estratégica do PPA 2024-2027 incidirá sobre a evolução dos indicadores-chave nacionais e suas metas e o comportamento das variáveis macroeconômicas e do cenário fiscal que embasaram a elaboração do Plano Plurianual.



Figura 4 – Fluxograma do acompanhamento da evolução dos indicadores-chave nacionais



Fonte: SEPLAN/MPO

Com relação ao comportamento das variáveis macroeconômicas e do cenário fiscal, a SEPLAN demandará à Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (SPE/MF) a análise, explicitando as eventuais discrepâncias verificadas entre os valores previstos e os realizados. O texto enviado pela SPE/MF será incorporado ao Relatório Anual de Monitoramento.

No que se refere à evolução dos indicadores-chave nacionais e suas metas, a SEPLAN realizará levantamento junto as bases de dados disponíveis e públicas. As demais informações serão demandadas ao IPEA e ao ministério setorial relacionado ao tema. O conjunto das informações será consolidado em um relatório preliminar, a ser analisado pela SEPLAN com o intuito de verificar a necessidade de ajustes. Os esclarecimentos adicionais, serão endereçados, mediante consulta, aos ministérios setoriais relacionados ao tema. Os eventuais ajustes serão incorporados ao Relatório Anual de Monitoramento.

A Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024 e o Decreto de Gestão do PPA também preveem a implantação de um Observatório, composto por entidades da Sociedade Civil, Setor Produtivo, institutos de pesquisa e universidades, visando acompanhar a dimensão



estratégica do Plano: objetivos estratégicos, indicadores-chaves nacionais e metas. O Observatório será regulamentado pela Secretaria Nacional de Planejamento.



4 Avaliação

A avaliação do Plano Plurianual 2024-2027 está regulamentada no art. 17 da Lei nº 14.802, de 2024, e consiste em processo sistemático, integrado e institucionalizado de análise das políticas públicas e dos programas finalísticos. Tem o objetivo de aperfeiçoar o desenho, a implementação e a alocação de recursos, de forma a atender melhor as demandas da sociedade, com inclusão, acessibilidade, tempestividade e qualidade. A avaliação também proporciona maior transparência das políticas públicas, programas, ações e entregas de governo; auxilia a tomada de decisão; promove a aprendizagem; e contribui para o aperfeiçoamento do PPA e das políticas públicas.

A avaliação do PPA se divide em dois processos interdependentes:

- I. avaliação de políticas públicas;
- II. avaliação dos programas finalísticos.

4.1 Avaliação de políticas públicas

As avaliações serão realizadas no âmbito do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP e contemplarão políticas públicas em execução relacionadas a programas finalísticos dispostos no Anexo III da referida Lei, assim como a análise de propostas de criação ou reestruturação de políticas públicas, consideradas estratégicas pelo Governo.

Este processo não desobriga o órgão ou entidade gestora da política pública de realizar avaliações próprias das políticas em execução ou em criação, com o intuito de buscar o seu aperfeiçoamento permanente.

4.1.1 Produtos da avaliação de políticas públicas

Este processo avaliativo terá como produto o relatório anual de avaliação de políticas públicas, previsto no § 6º do art. 17 da Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024, que deve ser

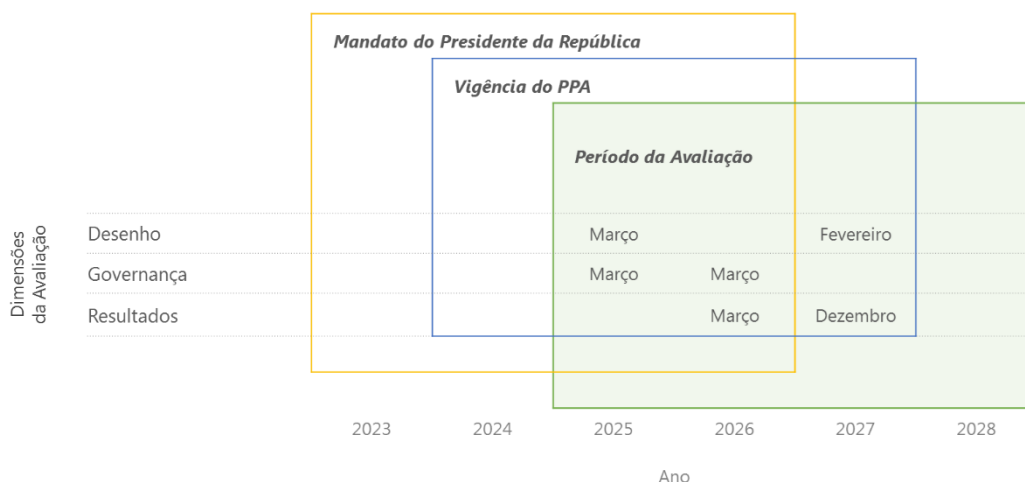


encaminhado ao Congresso Nacional até 30 de setembro de cada exercício e disponibilizado em sítio eletrônico do Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas - CMAP.

4.2 Autoavaliação dos Programas Finalísticos do Plano Plurianual

Este processo avaliativo tem a finalidade de identificar pontos de aprimoramento no desenho, na governança e no processo de implementação dos programas, permitindo a correção de eventuais distorções que prejudiquem o alcance dos objetivos e metas.

Com o intuito de melhor avaliar e aperfeiçoar continuamente os atributos do programa em suas diferentes perspectivas, considerando o período de vigência do PPA e o mandato do Presidente da República, a SEPLAN optou por realizar uma Avaliação Seriada, alternando entre avaliar o desenho, a governança e os resultados de acordo com o período e a dimensão de cada avaliação, conforme ilustra a figura a seguir.



A avaliação de desenho é a revisão crítica do modelo lógico, dos indicadores relacionados a esse modelo e da análise da teoria do programa. Possibilita que o desenho planejado inicialmente para o Programa seja confrontado com a experiência prática de sua implementação, o que gera informações para revisá-lo e, consequentemente, aprimorar a sua gestão e os seus resultados.



A avaliação da governança do programa diz respeito à análise das estruturas, funções, arranjos institucionais e processos que levam à execução das ações necessárias para alcance de metas e entrega de resultados.

A avaliação de implementação, realizada a partir do processo de monitoramento, identifica se a execução do programa gera a entrega adequada de produtos para o público elegível, a existência de eventuais entraves que possam interferir na execução do programa; bem como o espaço para melhoria na aplicação dos recursos que geram entregas à sociedade.

A avaliação de resultados objetiva identificar os principais avanços, desafios e oportunidades de melhoria, contribuindo para o aprimoramento contínuo dos programas finalísticos do PPA.

O processo anual de Avaliação Seriada ocorrerá por meio de uma autoavaliação, pela equipe executora responsável, podendo incluir instituições parceiras e público-alvo. A avaliação será realizada a partir de perguntas orientadoras, que serão respondidas diretamente no SIOP. Os resultados das autoavaliações deverão ser validados pela alta administração do Órgão responsável pelo Programa. A autoavaliação será encaminhada ao Ministério do Planejamento e Orçamento via SIOP para verificação de consistência.

A Avaliação Seriada também permite maior integração entre os processos de avaliação de políticas públicas e de programas finalísticos, uma vez que, a cada ano, permite a incorporação de possíveis recomendações oriundas da CMAP aos diferentes atributos do programa.

A recomendação da Seplan é que sejam realizadas reuniões técnicas ou oficinas coordenadas pelo órgão responsável pelo Programa, com a participação dos envolvidos em sua implementação, com envolvimento das equipes do SPOF e secretarias finalísticas para o preenchimento da autoavaliação. Como este é um processo de reflexão dos executores do programa, os analistas da SEPLAN poderão participar, conforme disponibilidade.

Importa frisar que os ajustes nos atributos do programa apontados no processo de autoavaliação (nova redação ou inclusão) irão alimentar o processo de Revisão do PPA, o que



facilitará a discussão nos órgãos setoriais e o próprio processo de validação do atributo. Após a conclusão do processo, o SIOP gerará um relatório de avaliação de cada programa, que será publicado no site do PPA 2024-2027.

A avaliação dos programas referente ao exercício 2024 ocorrerá no período de 24 de fevereiro a 24 de março de 2025⁴. Os períodos de avaliação dos próximos exercícios serão definidos anualmente pela Secretaria Nacional de Planejamento.

4.2.1 Produtos da avaliação dos programas

A avaliação realizada terá como resultado um relatório de avaliação do programa, a ser publicado no site oficial do órgão responsável por este e na página do PPA, disponível no site do Ministério do Planejamento e Orçamento, que conterá os relatórios de todos os programas.

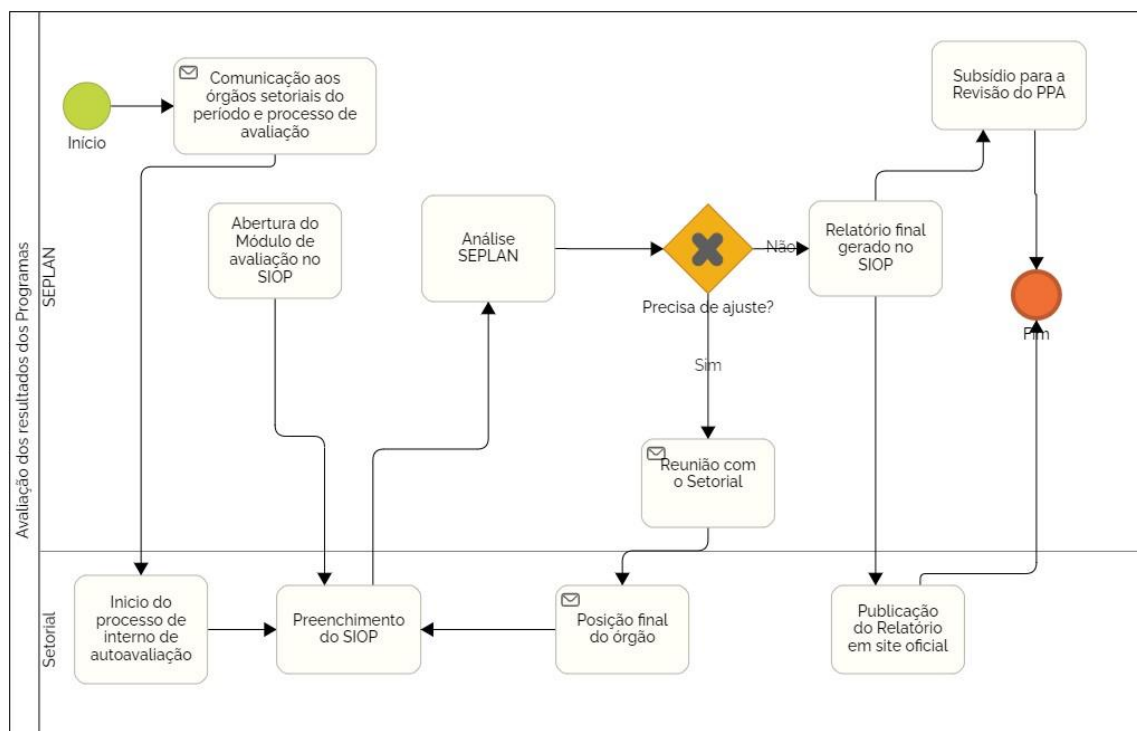
A relatório extraído do Sistema também contribuirá para o preenchimento preliminar do módulo de revisão ordinária do PPA no SIOP. Esse processo será realizado pela SEPLAN.

⁴ Conforme PORTARIA SEPLAN /MPO Nº 50, DE 6 DE MARÇO DE 2025.



4.2.2 Fluxo do processo de avaliação dos resultados dos programas

Figura 5 – Fluxograma do processo de autoavaliação dos programas



HEFLO

Fonte: SEPLAN/MPO



5 Revisão

Os artigos 18 e 19 da Lei nº14.802, de 2024, e os artigos 11 e 12 do Decreto nº 12.066, de 18 de junho de 2024, regulamentam o processo de revisão do Plano Plurianual 2024-2027.

A revisão do PPA 2024-2027 pode ocorrer por dois processos: i) ordinário e ii) extraordinário.

5.1 Revisão Ordinária

A revisão ordinária do PPA 2024-2027 é realizada anualmente, após o primeiro ano de vigência do Plano, em até 120 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, e publicada em ato do próprio Ministério.

A revisão consiste na atualização de programas com vistas a proporcionar alinhamento às evidências oriundas do monitoramento e da avaliação da programação, bem como buscar aderência à realidade de implementação dos programas e das políticas públicas.

A demanda de revisão deverá ser incluída pelo órgão setorial diretamente no SIOP. Durante a fase de monitoramento e de autoavaliação do PPA, o Órgão Setorial já poderá sinalizar no SIOP atributos que precisarão de revisão no próximo exercício. A SEPLAN analisará os pedidos de revisão e as alterações consideradas pertinentes serão consolidadas junto aos órgãos responsáveis, conforme o fluxograma previsto na figura 6.

Caso a SEPLAN entenda que haja necessidade de ajustes no Programa, poderá entrar em contato com o órgão responsável pelo atributo e propor alterações a serem realizadas por meio da revisão ordinária. Esse contato ocorrerá diretamente entre os analistas da SEPLAN e as unidades setoriais de planejamento. Somente após pactuação entre as partes sobre a alteração proposta, o órgão setorial deverá incluir a demanda de revisão no SIOP conforme o fluxograma previsto na figura 6.

A revisão deverá ser publicada em sítio eletrônico do PPA 2024-2027, acompanhada das justificativas de alteração de cada atributo.



As alterações realizadas nos termos do disposto no caput serão informadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional.

O quadro a seguir apresenta as finalidades e os atributos passíveis de alteração por meio da revisão ordinária.

Tabela 4 – Finalidade e Escopo das Alterações na Revisão Ordinária

Finalidade	Escopo das alterações possíveis
Conciliar o PPA com o novo contexto orçamentário e fiscal, decorrente das alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e de créditos orçamentários	a) adequar o valor global do programa; b) adequar vinculações entre ações orçamentárias e programas; c) revisar ou atualizar as metas, evidenciando a repercussão das alterações sobre os objetivos específicos e dos objetivos dos programas; e d) revisar ou atualizar os investimentos plurianuais de que tratam os Anexos VII-A, VII-B e VIII.
A critério do Poder Executivo, incluir, excluir ou alterar	a) unidade responsável por programa e objetivos específicos; b) indicadores e respectivas metas, em razão de impossibilidade de apuração ou necessidade de aprimoramento da mensuração de objetivos específicos; c) programas de gestão, com vistas à melhoria da transparência, da eficiência e da qualidade das despesas a eles vinculadas; d) valor dos recursos não orçamentários; e) valor global do programa, em razão de alteração de fontes de financiamento com recursos não orçamentários; f) as Agendas Transversais; g) investimentos plurianuais; e



	h) atributos gerenciais dos Programas, definidos em ato normativo do Ministério do Planejamento e Orçamento.
Manter o horizonte de planejamento de quatro anos	atualizar as projeções de despesas e receitas constantes nos anexos II, III e IV da Lei nº 14.802, de 10 de janeiro de 2024.

Fonte: SEPLAN/MPO

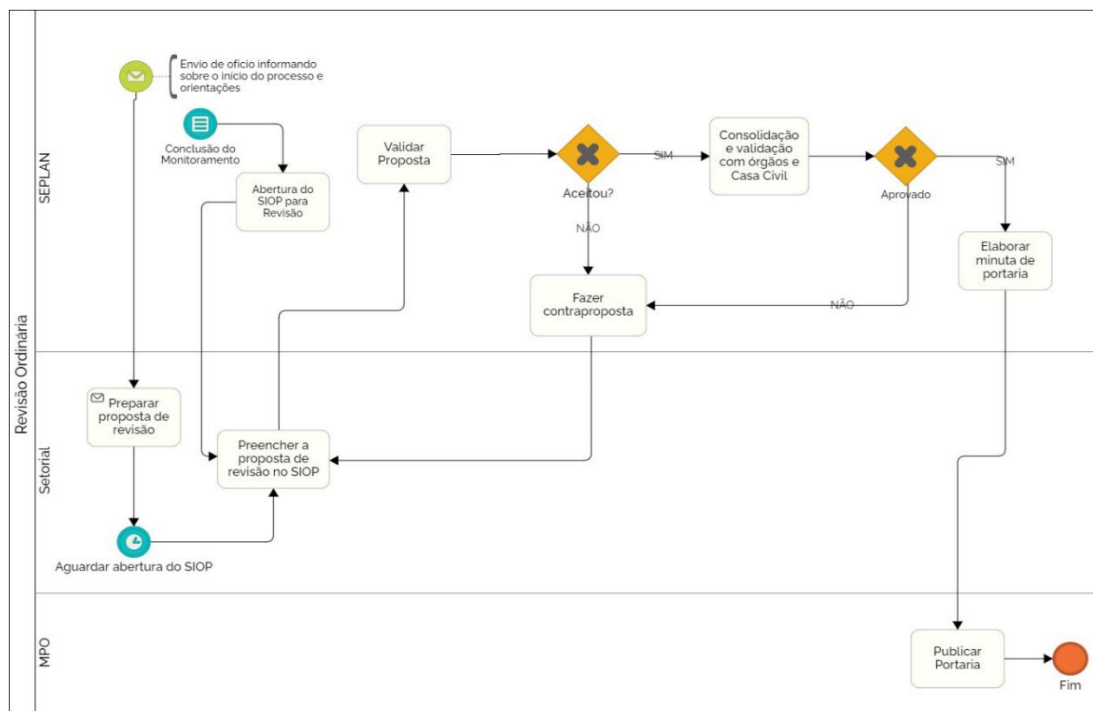
As duas primeiras alterações podem ser solicitadas pelo Órgão Setorial. Os ajustes nas projeções de despesas e receitas serão realizados pelo Órgão Central de Planejamento a partir de subsídios recebidos da Secretaria do Orçamento Federal/MPO e da Secretaria de Política Econômica/MF.

Em 2025, o período de revisão dos Programas do PPA ocorrerá no período de 9 de abril a 25 de abril de 2025⁵ e utilizará as informações da análise do desenho do Programa, realizada durante o processo de autoavaliação dos Programas finalísticos. Os períodos de revisão dos demais anos serão definidos anualmente pela Secretaria Nacional de Planejamento.

5.1.1 Fluxo do processo de revisão ordinária

Figura 6 – Fluxograma do processo de revisão ordinária

⁵ Conforme PORTARIA SEPLAN /MPO Nº 50, DE 6 DE MARÇO DE 2025.



Fonte: SEPLAN/MPO

5.2 Orientações sobre revisão de atributos sobrepostos e duplicados em diferentes Programas

Durante a revisão do PPA devem ser identificados e ajustados os atributos sobrepostos, duplicados, ou mesmo que gerem dupla contagem nas metas por diversos motivos (sobreposição de competências, duplicidade de público-alvo e de intervenções, implementação de políticas semelhantes no mesmo território etc.). Caso identificadas tais sobreposições ou duplicidades, terá prioridade de manutenção do atributo o principal órgão responsável pela execução da política.

Exemplo fictício:



Entrega declarada no Programa X (Desenvolvimento Urbano): Construção de 1000 unidades habitacionais populares.

Entrega declarada no Programa Y (Habitação Social): Construção de 1000 moradias para famílias de baixa renda.

Neste caso, há uma duplicação evidente das entregas. Ambos os programas declaram a construção do mesmo tipo de unidade habitacional para o mesmo público. Nesse caso, deve ser mantida a entrega do Órgão com competência para coordenar a política. Este órgão deverá escolher em qual Programa manterá a entrega e a outra deve ser excluída.

Outra possibilidade é a existência de sobreposição de competências de órgãos diferentes, mas que implementam políticas semelhantes, ou até mesmo complementares, e que sugerem produtos afins. Nesse caso, cada órgão poderá declarar suas respectivas entregas, desde que não ocorra dupla contagem na mensuração da meta total que o governo pretende alcançar.

Exemplo fictício:

Entrega declarada no Programa X (Educação): Formação de professores em novas tecnologias educacionais.

Entrega declarada no Programa Y (Inovação): Desenvolvimento de plataformas digitais para aprimorar a prática pedagógica de professores.

Aqui, os programas são complementares. O Programa X foca na formação, enquanto o Programa Y fornece as ferramentas. Ambos contribuem para a melhoria da educação, mas as entregas são distintas e não geram dupla contagem.

Um exemplo que poderia necessitar de revisão seria:

Entrega declarada no Programa X (Desenvolvimento Agrário): Famílias atendidas pela ATER.
Meta: 10.000



Entrega declarada no Programa Y (Assistência Social): Famílias integrantes do Bolsa Família atendidas pela ATER. Meta: 3.000

Nesse exemplo, se as 3.000 famílias integrantes do Bolsa Família estiverem sendo contadas para mensuração da meta do Programa X é preciso revisar as entregas. Há duas possibilidades de revisão, manter a entrega declarada no Programa Y e reduzir a meta do Programa X para 7.000 (identificando que a meta não inclui as famílias atendidas pelo Bolsa Família); ou excluindo a entrega do Programa Y e declarando no monitoramento da entrega do Programa X a quantidade de famílias atendidas que integram o Bolsa Família.

Por fim, o mesmo raciocínio se aplica à declaração de entregas a um determinado público. Nesses termos, o detalhamento de entregas a públicos específicos só será possível caso não haja dupla contagem com meta do plano vinculada a outra entrega que declare o total de beneficiários.

Exemplo fictício:

Entrega declarada no Programa X (Saúde): Realização de 10.000 exames preventivos.

Entrega declarada no Programa Y (Saúde da Mulher): Realização de 5.000 exames preventivos em mulheres.

Neste caso o Programa Y detalha uma entrega específica do Programa X. Para evitar dupla contagem, há duas possibilidades:

- Abertura da meta do Programa X por público específico, declarando assim que dentre os 10.000 exames previstos, 5.000 estão previstos para serem realizados em mulheres; ou
- A entrega do Programa X ser revisada para considerar que 5.000 dos exames preventivos seriam realizados no âmbito do Programa Y. Assim, a meta da entrega do Programa X deveria ser ajustada para 5.000 exames. Com essa medida, fica claro que a meta total do PPA é de 10.000 exames preventivos, não havendo dupla contagem.



Neste exemplo, como ambas as entregas são competência do Ministério da Saúde, este órgão decidiria a melhor forma de revisar as entregas.

Estes ajustes e outros possíveis casos que gerem sobreposições, duplicidades ou qualquer tipo de lacuna no desenho de um programa, quando identificados, serão tratados pela SEPLAN em conjunto com os órgãos envolvidos.

No caso de sobreposição ou duplicidade identificado que não seja revisado adequadamente, há a possibilidade de **exclusão** do atributo ou ajuste da meta diretamente pela SEPLAN/MPO.

5.3 Orientações na revisão de indicadores não apurados

A construção de Objetivos Específicos e Entregas no âmbito do Plano Plurianual (PPA) exige a definição de indicadores que permitam mensurar seu desempenho de forma objetiva. No entanto, a não apuração desses indicadores pode comprometer a efetividade do monitoramento e da avaliação do Programa. Quando um indicador não é apurado, a meta quantitativa originalmente estabelecida perde sua função de mensuração, resultando, na prática, em uma transformação indesejada para um caráter qualitativo, dificultando a aferição dos resultados alcançados.

Diante desse cenário, é fundamental que, ao identificar a impossibilidade de apuração de um indicador em determinado exercício, seja promovida a revisão do atributo correspondente. Esse processo deve buscar a adequação do indicador, garantindo sua apuração nos exercícios subsequentes e assegurando a coerência entre os objetivos e entregas do PPA e sua capacidade de monitoramento. A revisão deve considerar a viabilidade metodológica e técnica, bem como a disponibilidade de dados que permitam a mensuração precisa e tempestiva dos resultados, bens e serviços declarados.

Considerando o histórico observado neste PPA e em ciclos anteriores, nos quais diversos órgãos apresentaram dificuldades recorrentes na apuração de seus indicadores, recomenda-se fortemente que as novas proposições de indicadores para o PPA 2024-2027 sejam respaldadas pela existência comprovada de dados de exercícios anteriores. Essa exigência visa



reduzir a ocorrência de indicadores inaplicáveis, fortalecer a cultura de monitoramento e assegurar a continuidade das séries históricas de avaliação do PPA e das políticas públicas em geral. A utilização de dados pré-existentes também confere maior robustez à análise de desempenho e permite a identificação de tendências ao longo do tempo.

Caso um indicador não seja revisado de forma adequada para torná-lo apurável, há a possibilidade de **exclusão** do atributo para evitar que Objetivos Específicos e Entregas assumam um caráter meramente qualitativo dentro do PPA. Na impossibilidade de alteração/substituição, conforme o caso, o atributo poderá vir a ser transformado em uma Medida Institucional e Normativa, categoria que não possui metas quantitativas, conforme metodologia de elaboração do PPA.

Ainda no âmbito das revisões do PPA, Entregas sem a possibilidade de apuração poderão ser excluídas na revisão ordinária, enquanto Objetivos Específicos poderão ser suprimidos em uma possível revisão extraordinária. Tais medidas visam preservar a qualidade técnica do planejamento e assegurar que os compromissos assumidos no PPA sejam efetivamente monitoráveis e avaliáveis.

Todas as opções de revisão do indicador serão apresentadas aos órgãos durante o processo de controle de qualidade realizado pela SEPLAN durante a gestão do PPA.

5.4 Revisão Extraordinária

Qualquer alteração, inclusão ou exclusão no Plano Plurianual que não esteja prevista na revisão ordinária exige o envio de um projeto de lei ao Congresso Nacional. Esta revisão será realizada somente em situações extraordinárias.

Nesses casos, o órgão setorial responsável pelo atributo a ser criado ou alterado deve enviar à SEPLAN/MPO ofício via SEI solicitando a revisão do PPA. Este ofício deve ser acompanhado por uma Nota Técnica que deve detalhar, entre outros:



- atributos do PPA a serem incluídos, alterados ou excluídos;
- motivações para as revisões solicitadas;
- normas legais e infralegais que embasam a alteração.

No caso de criação de Programa Finalístico, o órgão proponente deverá enviar à SEPLAN informações referentes à Formulação do Programa, Objetivo, Objetivos Específicos com respectivos indicadores e metas anuais regionalizadas, Entregas com respectivos indicadores e metas anuais regionalizadas, Medidas Institucionais e Normativas (se houver), ações orçamentárias e não orçamentárias e previsão de recursos para o período do PPA.

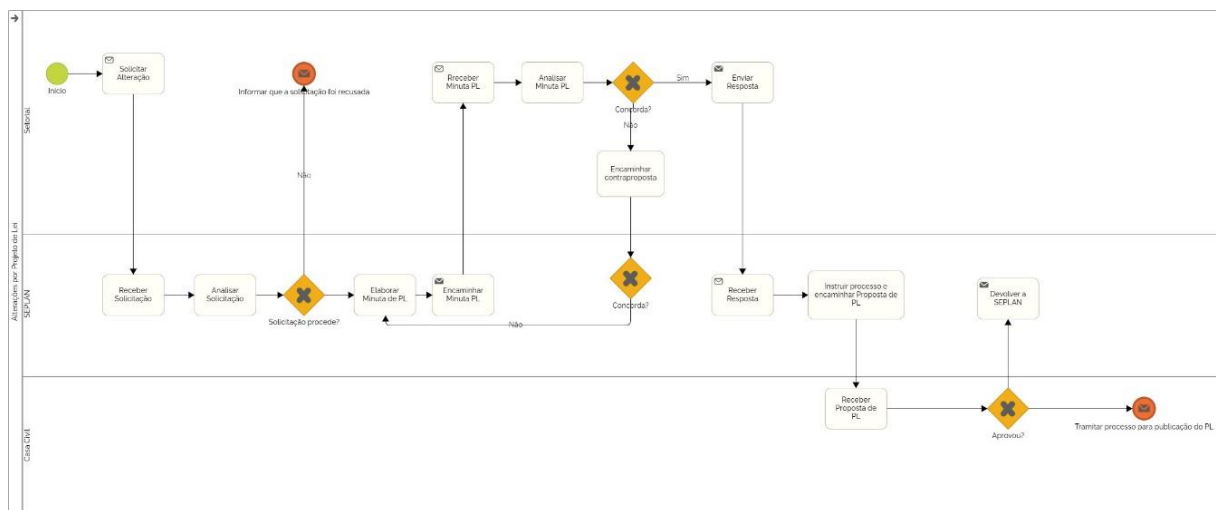
A SEPLAN poderá solicitar, a qualquer momento, informações adicionais ao órgão solicitante do envio de projeto de lei de revisão do PPA. Também poderá ser solicitada manifestação da Casa Civil e/ou outros órgãos e instituições que possuem relação com o objeto da revisão.

Caso a SEPLAN se manifeste favorável ao envio do projeto de lei de revisão do PPA, o órgão deverá formalizar as alterações, inclusões e exclusões propostas no SIOP.



5.4.1 Fluxo do processo de revisão extraordinária

Figura 7 – Fluxograma do processo de revisão extraordinária



Fonte: SEPLAN/MPO



6 Glossário

Ações não orçamentárias – representam os recursos financeiros não constantes do Orçamento Geral da União que financiam a entrega de bens e serviços públicos que contribuem para o alcance do objetivo do programa. As ações não orçamentárias são um atributo gerencial do PPA e serão discriminadas em Financiamentos; Subsídios tributários, financeiros, creditícios, entre outros.

Agenda transversal - conjunto de atributos que encaminha problemas complexos de políticas públicas, podendo contemplar aquelas focalizadas em públicos-alvo ou temas específicos, que necessitam de uma abordagem multidimensional e integrada por parte do Estado para serem encaminhados de maneira eficaz e efetiva.

Alta administração - Ministros de Estado, ocupantes de cargos de natureza especial, ocupantes de cargo de nível 17 dos Cargos Comissionados Executivos, presidentes e diretores de autarquias, inclusive as especiais, e de fundações públicas ou autoridades de hierarquia equivalente.

Camada gerencial - conjunto de atributos e informações infralegais que detalham os programas, disponibilizados para a sociedade em sítio eletrônico oficial.

Diretrizes (dimensão estratégica) - orientações transversais que direcionam os objetivos estratégicos e os programas que compõem o PPA 2024-2027, validados por processo de participação social.

Eixos (dimensão estratégica) - temáticas que agrupam e organizam um conjunto de objetivos estratégicos.

Entrega (dimensão tática) - atributo infralegal do PPA 2024-2027 que declara produtos (bens ou serviços) relevantes que contribuem para o alcance de objetivo específico do programa.

Gastos diretos - recursos utilizados na consecução de políticas públicas, executadas de forma direta ou descentralizada, que não se caracterizam como subsídios



Governança - conjunto de mecanismos de estratégia, liderança e procedimentos utilizados para monitorar, avaliar e direcionar a gestão pública, com vistas à consecução de objetivos de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade.

Indicador - instrumento que permite mensurar objetivamente o alcance da meta declarada.

Indicador da Entrega – é um instrumento que permite medir o alcance da entrega. É usado para medir os recursos que usamos e como os utilizamos (desempenho) e/ou o que fizemos (entregas, produtos finais). O indicador da entrega é um atributo gerencial do PPA. Os indicadores de entrega também possuem uma ficha de cadastro no SIOP cujos campos a serem preenchidos são os mesmos descritos anteriormente para o indicador do objetivo específico.

Indicador do Objetivo Específico – instrumento que permite medir objetivamente o alcance do objetivo planejado. É usado para medir quais mudanças ocorreram (resultados). O indicador do objetivo específico é um atributo legal do PPA.

Indicadores-chave nacionais (dimensão estratégica) - conjunto de indicadores que mensuram o progresso social, econômico, ambiental e institucional do país, consideradas as múltiplas dimensões do bem-estar individual e coletivo, para que sejam alcançados os objetivos nacionais nas respectivas áreas.

Investimento plurianual de empresa estatal não dependente (dimensão tática) - investimento de empresa em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, cujas programações ultrapassem um exercício financeiro e não constem do Orçamento Fiscal ou da Seguridade Social da União.

Investimentos Plurianuais (dimensão tática) – investimentos que possuem data de início e término e impactam o programa finalístico em mais de um exercício financeiro. Possuem escopo delimitado, custo total estimado e previsão de execução durante o período do PPA nos programas finalísticos integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.



Medida institucional ou normativa (dimensão tática) - atributo infralegal do PPA 2024-2027 que declara atividades institucionais e normativas de caráter regulatório, de melhoria do ambiente de negócios ou de gestão relevantes para o alcance de objetivos específicos ou do programa.

Meta – declara o valor esperado para o indicador no período a que se refere. Considera o montante de recursos disponíveis e a capacidade operacional das instituições envolvidas na execução do programa. A meta relacionada ao objetivo específico é um atributo legal, enquanto a meta relacionada à entrega é um atributo gerencial.

Missão - declaração concisa do propósito fundamental da organização, a finalidade de sua existência, o motivo pela qual foi criada.

Objetivo do Programa (dimensão tática) - mudança na realidade social que o programa visa a promover ao enfrentar o problema público.

Objetivos específicos (dimensão tática) - detalhamento do objetivo do programa que declara cada resultado esperado decorrente da entrega de bens e serviços ou de medidas institucionais e normativas, consideradas as limitações temporal e fiscal do PPA 2024-2027.

Objetivos estratégicos (dimensão estratégica) - declarações objetivas e concisas que indicam as mudanças estratégicas a serem realizadas na sociedade no período compreendido pelo PPA 2024-2027.

Órgão responsável (dimensão tática) - órgão ou entidade federal responsável pelo alcance do objetivo do programa, do objetivo específico ou da entrega.

Plano Plurianual da União (PPA) - instrumento de planejamento governamental de médio prazo, que define diretrizes, objetivos e metas, com propósito de viabilizar a implementação dos programas.



Programa finalístico (dimensão tática) - conjunto coordenado de ações governamentais financiadas por recursos orçamentários e não orçamentários com vistas à concretização do objetivo.

Público-alvo (dimensão tática) - população que deverá ser atendida e priorizada.

Regionalização da Meta – fornece informações relacionadas à distribuição das metas estipuladas para o Programa no território. A regionalização é expressa em macrorregiões, estados ou municípios. Em casos específicos, podem ser aplicados recortes mais adequados para o tratamento de determinadas políticas públicas, tais como região hidrográfica, bioma, territórios de identidade e área de relevante interesse mineral.

Subsídios de natureza financeira, tributária e creditícia - benefícios de que trata o § 6º do art. 165 da Constituição.

Valores (dimensão estratégica) - conjunto de crenças e princípios que orientam e informam a construção e a implementação do PPA 2024-2027.

Visão de futuro (dimensão estratégica) - situação futura desejada para o País.